

CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO
ARQUITETURA E URBANISMO

Isabella Matulevicius Villanova
Orientador: Marcos Virgílio da Silva

**IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA PRESERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

Análise de áreas tombadas em processo de degradação

RESUMO

A pesquisa trata da importância da educação patrimonial na preservação do patrimônio cultural. Teve como questionamento central a causa das áreas estudadas se encontrarem em situações parecidas de estado de degradação, mesmo sendo tombadas, assim buscou-se analisar a questão em comum em diferentes escalas, sendo estas o Largo da Memória e Obelisco do Piques (escala 1), Quartel do Segundo Batalhão de Guardas (escala 2) e o Bairro Bela Vista (escala 3). Foi realizada pela autora uma pesquisa de dados sobre estes locais, relacionando-os com o conhecimento de suas histórias, e com o sentimento de pertencimento. Como resultado obteve-se que a maior parte das pessoas participantes não tinham estes conhecimentos e sentimentos, e grande parte também não tiveram em nenhum momento abordagem sobre o tema de educação patrimonial em suas instituições de ensino. Baseando-se nas referências bibliográficas, no estudos de casos e na pesquisa de dados, podemos afirmar que a educação patrimonial influencia diretamente na conservação do patrimônio cultural, sendo que o sucesso dos instrumentos de preservação depende do valor que a sociedade lhes oferece, ou seja, do sentimento de pertencimento, e este se obtém através da perpetuação da memória, que serve de base para a educação patrimonial. A implementação de um programa nacional de educação patrimonial, até o momento inexistente, seria uma proposta para atingir a complementação à políticas preservacionistas.

Palavras-chave: Memória. Pertencimento. Educação patrimonial. Degradação. Tombamento.

ABSTRACT

The research deals with the importance of patrimonial education in the preservation of cultural patrimony. The central question was the cause of the areas studied finding themselves in similar situations of degradation, even if they are heritage, so we sought to analyze the issue in common at different scales, these being the Largo da Memória and Obelisco do Piques (scale 1), Quartel do Segundo Batalhão de Guardas (scale 2) and Bela Vista neighborhood (scale 3). The author carried out a research of data on these places, relating them to the knowledge of their stories and with the feeling of belonging. As a result, it was obtained that most of the participants did not have this knowledge and feelings, and most of them also did not have at any moment an approach on the subject of heritage education in their educational institutions. Based on bibliographic references, case studies and data research, we can state that heritage education directly influences the conservation of cultural heritage, and the success of preservation instruments depends on the value that society offers them, that is, the feeling of belonging, and this is obtained through the perpetuation of memory, which serves as the basis for patrimony education. The implementation of a national program of heritage education, so far non-existent, would be a proposal to achieve the complementation of preservationist policies.

Keywords: Memory. Belonging. Cultural patrimonial education. Degradation. Heritage.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como questionamento original central a causa das áreas estudadas se encontrarem em situações de degradação e/ ou abandono, sendo que as mesmas são tombadas. Esta indagação estabeleceu outra questão que seria até que ponto o instrumento de tombamento protege o patrimônio cultural.

As obras escolhidas como estudos de casos carregam consigo marcas concretas de uma sociedade em mais de um século, a importância em conservar essas está na valorização da história e identidade da cidade. De acordo com Caldeira (2006, p.91):

Os bens culturais são produtos concretos do homem, resultantes da sua capacidade de convivência com o meio ambiente, tais como objetos artísticos e/ou históricos, por exemplo: construções, obras plásticas, literárias e musicais. Esses bens, como tal, testemunham materialmente a cultura humana e são importantes tanto para o conhecimento da história das civilizações como para os povos contemporâneos possam ver seus passado refletido nesses objetos e construir sua identidade. Por isso, a memória social depende da proteção dos elementos do passado e da forma pela qual estão ou podem se tornar ativos no presente.

O tombamento destas obras tem seu valor ao atuar como afirmação de sua relevância para história de São Paulo, porém esta ação por si só não possui o poder de manter os locais intactos a danos, como apresentado nos estudos de casos. Segundo Freire (2011) o sucesso desse, e de outros, instrumentos de preservação depende do significado e valor que a sociedade lhes oferece, sendo o caminho para este a educação patrimonial.

Sendo assim, esta pesquisa torna-se importante ao estudar e analisar áreas que, por serem patrimônios tombados, têm sua importância reconhecida pela cidade, e em alguns casos estado, mas mesmo nesta situação seguem em estado de deterioração, gerando espaços subutilizados e perdendo suas características relevantes.

O objetivo principal é analisar como a educação patrimonial pode influenciar na preservação do patrimônio cultural, buscando demonstrar esta questão em comum através de estudos de casos em diferentes escalas, onde o estado de deterioração dos mesmos se repete.

Como metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa por abordar a dinâmica das relações sociais, trabalhando com significados, valores e atitudes que não podem ser reduzidos apenas à operacionalização de variáveis. Possui cunho exploratório, sendo baseada em levantamento bibliográfico de diversas fontes, entrevistas abordando o problema pesquisado, e análise de estudos de casos.

2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

O termo patrimônio se origina da palavra *pater*, significando pater ou paterno, este

simboliza os bens que eram passados de geração em geração, transmitindo seus conhecimentos e poder de dominação. (DIMENSTEIN, 2017)

Três fatos políticos e culturais influenciaram diretamente na criação do conceito de patrimônio no Brasil, são estes: Semana de Arte Moderna (1922), implantação do Estado Novo (1937 – 1945) e criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1937. (DIMENSTEIN, 2017)

De acordo com o Iphan (2014), o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, elaborado por Rodrigo de Melo Franco, então diretor do SPHAN no Governo de Getúlio Vargas, (DIMENSTEIN, 2017) determina como *Patrimônio histórico e artístico*:

O conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Em 1988 a Constituição Federal, no seu artigo 216, amplia o conceito de patrimônio, nominando a partir de então de *Patrimônio cultural brasileiro*, sendo este:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Inclui-se nesta definição:

As formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A constituição evidencia a parceria que se deve ter entre poder público e as comunidades para a preservação do patrimônio cultural, indicando que a documentação e gestão deste é de responsabilidade da administração pública. (IPHAN, 2014)

A proteção e a valorização dos bens culturais é um fato social, os patrimônios culturais são construções coletivas, baseadas nas significações e nos valores. Este, seja material ou de qualquer manifestação cultural, é fonte primária de conhecimento e compõe o meio em que o homem está inserido, o homem, por sua vez, é resultado do mesmo. Assim o patrimônio cultural torna-se ponto de partida da educação patrimonial. (HORTA, GRUMBERG E MONTEIRO, 1999; CAMPOS, 2016)

3 MEMÓRIA E SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, define “a memória é uma

necessidade básica do indivíduo e da coletividade”. (DANTAS, 2010, p. 51 apud DIMENSTEIN, 2017, p.12) Segundo Pierre Nora (1993), a memória está profundamente ligada à história. Considerando que vivemos no tempo presente, deve-se ter o passado como um guia para construção do mesmo, e do futuro. Este deve servir de base para aprendizados, através de exemplos de acontecimentos, para que assim a sociedade não repita seus erros e se espelhe em ações bem sucedidas, sempre avaliando as diferenças e limites de seus períodos distintos. (CAMPOS, 2016)

Preservar a memória vai muito além de resgatar o passado. Também é compreender as diferenças e reconhecer os limites de cada período. É ter referenciais consistentes para construir o presente e planejar o futuro, descobrir valores, renovar os vínculos e, sobretudo, refletir sobre a história, não apenas como quem recorda, mas exercitando uma verdadeira práxis, em que a reflexão e a prática andam lado a lado. (CAMPOS, 2016, p.07)

De acordo com Campos (2016, p.07) “Somente a memória fará com que a verdadeira história permaneça concreta”, sendo assim é essencial a perpetuação da memória para construção da identidade de indivíduos e sociedades, devendo-se levar em consideração que a memória individual é inserida no contexto de memória coletiva. (CHOAY, 2006)

Conforme Freitas (2008) o sentimento de pertencimento de uma população e lugar sustenta a coesão comunitária. Cardoso *et al* (2017) afirma que o sentir-se pertencente indica reconhecer-se no local, instigando a pensar-se como integrante de uma sociedade, a qual atribui símbolos e valores, ou seja características culturais. O sentimento dos indivíduos perante o ambiente carrega valores individuais e coletivos, este deve ser considerado ao estudar ou analisar comunidades. Ainda segundo o autor a formação cultural de um indivíduo esta intimamente ligada ao seu sentimentos com os lugares.

A formação cultural dos habitantes consolida a intimidade ou estranheza com os lugares. São sentidos opostos preponderantes e fundamentais na análise da apreciação dos lugares, que diante das transformações dos espaços sociais, se contrapõem ou se aproximam dos discursos carregados com ideias modernizadoras ou preservacionistas. (CARDOSO *et al*, 2017, p. 90)

O sentimento de pertencimento torna-se complicado ao ponto que a maioria das pessoas da nossa sociedade não participou do processo histórico de formação da identidade nacional oficial, ou seja, não existe uma participação popular no trabalho de preservação do patrimônio cultural, com exceções de alguns grupos sociais. Isto cria uma ideia de um passado distante da realidade de pessoas comuns, consequentemente gerando o afastamento da população e a sua não identificação com o patrimônio. (CAVALCANTI, 2015) Ligado diretamente a este fato

está a elitização do conceito e gestão do patrimônio, como Nadia Somekh¹ cita no ano de 2015, em seu artigo para o site Vitruvius, como sendo um dos problemas a superar.

Segundo Choay (2006), os indivíduos e sociedades só alcançam a preservação de sua identidade através da perpetuação da memória, que se faz na educação patrimonial.

4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

No Brasil surge o termo educação patrimonial nos anos 80, quando ocorre um seminário que tratava sobre o uso educacional dos museus e monumentos, no Museu Imperial de Petrópolis, Rio de Janeiro. Foi após este evento que a educação patrimonial começou a ser aplicada no país. (CAMPOS, 2016)

De acordo com o Iphan (2014) a educação patrimonial é composta por processos educativos formais ou informais que abordam o tema de patrimônio cultural, estes devem ser feitos de modo coletivo e democrático, tendo participação efetiva das comunidades. Este mecanismo deve ser utilizado como fonte de compreensão socio-histórica, com o objetivo de reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio cultural. Horta, Grumberg e Monteiro (1999) também classificam como educação patrimonial um processo permanente e sistemático, centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento, buscando atingir o aprendizado, a apropriação e valorização dos bens culturais.

A educação patrimonial tem como base principal a memória e a história, sendo que população passa a valorizar e preservar o que reconhece como seu, isso se obtém através do conhecimento da sua identidade. (CAMPOS, 2016)

Freire (2011) destaca a importância da valorização dos bens culturais pela sociedade, para que assim seja possível a preservação através dos mecanismos legais disponíveis.

[...] a apropriação dos bens patrimoniais e, conseqüentemente, o sucesso dos distintos instrumentos de preservação desses bens oferecidos pelo estado - como a figura do tombamento, registro de manifestações culturais ou chancela de paisagem cultural-, dependem do significado e do valor simbólico que a sociedade atribui a esses bens. (FREIRE, 2011, p.11)

Ainda segundo Freire (2011) neste cenário a educação torna-se o caminho para a preservação do patrimônio cultural, criando reflexões e conhecimento a cerca desses bens pela sociedade, e gerando a apropriação e sentimento de pertencimento em relação a estes.

¹ Professora emérita da FAU-Mackenzie, doutora pela FAU-USP. Foi presidente do CONPRES e diretora do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo (2013 a 2016). Foi Diretora da FAU Mackenzie (2005 a 2009). Foi conselheira da UIA (União Internacional de Arquitetos 2008/2017), é conselheira do IAB e eleita Conselheira Federal pelo CAU para o triênio 2018/2020. (CURRÍCULO LATTES, 2019) Na época do artigo mencionado, Nadia era presidente do Conpres e diretora do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo (DPH).

O caminho para o envolvimento e apropriação desses bens pela comunidade perpassa, necessariamente, pela educação. É preciso ir além dos instrumentos e mecanismos de proteção do patrimônio cultural. São necessários processos que promovam a reflexão e o sentimento de pertencimento pelo nosso patrimônio cultural, por meio de uma educação voltada à compreensão e valorização da nossa diversidade cultural. (FREIRE, 2011, p.11)

A educação patrimonial possui característica revolucionária, ao se tratar de uma aproximação de camadas populares no debate sobre o tema. (CAVALCANTI, 2015) Oliveira (2011) evidencia que a educação patrimonial deve atingir todos os tipos de pessoas, fato que muitas vezes não acontece, esta situação gera uma possível degradação dos bens patrimoniais.

Contudo, a ação educativa deve ter como objetivo atingir todos os tipos de público, uma vez que o patrimônio cultural diz respeito, ao mesmo tempo, a cada indivíduo e à coletividade, já que é um conjunto de bens usufruídos por todos. Os bens tombados são de propriedade e/ou estão sob a responsabilidade de um público que é muitas vezes incluído no rol de indivíduos que deveria ser atingido pela educação patrimonial, porém, na prática é considerado público-alvo de poucas ações empreendidas. Em última instância, isso tem como consequência uma potencial descaracterização, degradação ou mesmo destruição de vários bens culturais importantes pela falta de conscientização desse grupo. (OLIVEIRA, 2011, p.12)

5 CONCEITOS DE PRESERVAÇÃO

Seguindo a linha do tempo feita por Ventura (2009), data-se que a preocupação com a preservação e conservação do patrimônio começa na antiguidade clássica, porém esta se intensifica após o século XV com o renascimento. Do século XV ao XVII tem-se a estabilização das instituições de museus, e com esta o processo de inventários, mas a consolidação da preocupação com a proteção legal do patrimônio ocorre somente no final do século XVIII, com surgimento dos estados nacionais, e a revolução francesa².

Como surgimento desta proteção legal temos de exemplo a França, que em 1790 cria a comissão de monumentos, e em 1793 a convenção nacional publica 2 decretos estabelecendo a proibição ao vandalismo e punição aos infratores. Em 1837 tem-se a criação do conceito de “classificação” de monumentos históricos e artísticos, baseados na sua importância, e caso tivessem mudanças estas deveriam ser verificadas pelo estado. Este conceito se institucionaliza legalmente apenas em 1887, e em 1913 aprimora-se essa lei, sendo mais rigorosa, denominada agora de “Lei dos monumentos históricos”.

Na Itália somente em 1860, com a unificação da Itália, começa sua formulação e implementação de políticas para preservação do patrimônio histórico. Em 1876 tem-se a criação da “Direção geral das antiguidades e belas artes”, e em 1902 com a lei nº 185 (Lei Nasi)

² Devido aos ataques realizados pela população contra os bens que simbolizavam a monarquia, começa a ser discutido a proteção legal do patrimônio histórico. (VENTURA, 2009)

estabelece o direito de preferência do estado para aquisição de bens móveis, imóveis e monumentos, sendo atualizada em 1909 pela lei nº 364 (Lei Rosadi).

Já Portugal foi um dos primeiros a legislar a proteção de seu patrimônio cultural, no século XIV que o Arquivo Nacional do Reino Português foi criado, e os documentos oficiais eram guardados em uma das torres do Castelo de São Jorge (Castelo de Lisboa), denominada “Torre do Tombo”, na qual os documentos ficaram de 1375 a 1755. Mas as bases para as primeiras políticas de preservação são do século XVIII quando se funda a “Academia real de história portuguesa eclesiástica e secular”, que fica responsável por examinar os monumentos antigos que podiam se descobrir no reino. Semelhante a França em 1932, através do decreto-lei nº 20985, foi criada a classificação como instrumento de proteção legal, criando em duas categorias, monumento nacional (MN) e imóvel de interesse público (IIP), sendo ampliadas posteriormente conforme os anos se passaram.

Segundo Ventura (2009) modos de preservar o patrimônio cultural europeu tiveram muita influência no Brasil. Estes sistemas seguem lado a lado com os conceitos de preservação. Como conceitos mais relevantes para esta pesquisa temos:

PROTAGONISTAS	PERÍODOS	PAÍSES	CONCEITOS
EUGÈNE EMMANUEL VIOLET-LE-DUC	1813 - 1879	França	Restauro estilístico, postura intervencionista, complementa elementos que podem não ter existido
JOHN RUSKIN	1819 - 1900	Inglaterra	Movimento anti-restauração
WILLIAM MORRIS	1834 - 1896	Inglaterra	Modelo culturalista, posição anti-restauração
CAMILLO BOITO	1836 - 1914	Itália	Restauro conservativo, tendência intermediária, conservar para não restaurar
LUCA BELTRAMI	1854 - 1933	Itália	Restauro histórico, pautado em documentação, enfatiza a individualidade de cada intervenção
ALOÏS RIEGL E MAX DVRÓRAK	1858 – 1905; 1874 - 1921	Áustria (Império Austro- Húngaro)	Comandando a Comissão de Monumentos Históricos da Áustria seguem a tese de que o reconhecimento e a preservação de monumentos depende do sentido e da importância que a sociedade lhes confere
GUSTAVO GIOVANNONI	1873 – 1947 Entre guerras	Itália	Restauro científico, monumentos como documentos históricos, estabelece métodos utilizados até hoje, princípios incorporados na Carta de Atenas de 1931
CESARE BRANDI	1906 – 1988 Pós-Segunda Guerra	Itália	Restauro Crítico, prevalência do estético sobre histórico, embora não o exclua; influência na <i>Carta del Restauro Italiana</i> , de 1972
PIER LUIGI CERVELLATI	1936 - atual	Itália	Identifica 3 momentos importantes: Monumentalista (até a segunda guerra mundial), Recuperação das cidades (pós-segunda guerra mundial), e Preservação e “Desenvolvimento sustentável” (desde a conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente em 1972 pela ONU)

Classificações feitas por Ventura (2009), e organizada pela autora desta pesquisa.

Durante o século XX muitos documentos foram feitos com a intenção de definir

recomendações internacionais para preservação do patrimônio histórico. Sendo os principais, a Carta de Atenas de 1931, onde coloca como premissa respeitar a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época; a Carta de Atenas de 1933, que revela uma visão conflitante em relação à preservação do patrimônio, mas que apesar disto, segundo Oliveira (2011), foi a primeira referência da importância de ações educativas para preservação do patrimônio; a Carta de Veneza de 1964, nela se reafirma e atualiza recomendações da carta de Atenas de 1931; as Normas de Quito de 1967, refere-se ao patrimônio latino americano, onde se recomendava a apropriação turística do patrimônio como fator de desenvolvimento econômico social. (VENTURA, 2009)

6 ÓRGÃOS E POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

Os órgãos que cuidam da preservação do patrimônio cultural em São Paulo, são o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de nível federal, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) de nível estadual, e o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), de nível municipal. Estes têm a função de identificação, fiscalização, proteção, valorização e divulgação do patrimônio cultural. (SOMEKH, 2015; VENTURA, 2009)

O Iphan foi criado através da lei 378 de 1936, sendo regulamentado em 1937, como Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A criação deste ocorreu devido a constituição de 1934 atribuir ao Estado a salvaguarda de objetos culturais, possibilitando o desenvolvimento de uma política de preservação. Este foi planejado por Mário de Andrade e teve como incentivo a busca por uma identidade nacional no governo de Getúlio Vargas. O Spahan veio a se chamar Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1970.

O Condephaat, foi instituído pela constituição do Estado de São Paulo, sua regulamentação foi feita pelo decreto estadual de 19 de dezembro de 1969, tem desde 2006 como órgão técnico e executivo a Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH).

Em 1935 o Departamento de Cultura em São Paulo é criado por Mário de Andrade, no artigo de Nadia Smekh, de 2015, é mencionado que este se manteve ativo até a criação da secretaria municipal de cultura de São Paulo, em 1975. Juntamente com esta é criado o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), porém ainda nesta época este não tinha meios legais de efetivar a preservação do patrimônio histórico, limitando-se a legislação de zoneamento. Assim em 1985 o Conpresp é criado, tendo o início da sua atuação em 1988, e o DPH torna-se órgão técnico deste. (SOMEKH, 2015; VENTURA, 2009)

Em 1988 a Constituição Federal, no seu artigo 216, parágrafo 1, define como mecanismos de proteção ao patrimônio cultural brasileiro:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Para esta pesquisa utilizaremos o tombamento como instrumento de análise. Este é um instrumento de reconhecimento e proteção legal do patrimônio cultural, sendo o primeiro mecanismo de proteção do patrimônio cultural brasileiro. Foi instituído em âmbito federal pelo decreto-lei nº 25, em 30 de novembro de 1937, durante o Estado Novo, governo de Getúlio Vargas. Pode ser promovido nas esferas nacional, estadual ou municipal, no caso de São Paulo pelo Iphan, Condephaat e Conpresp, respectivamente, assim qualquer interferência em um local tombado deve ser avaliada pelos órgãos competentes. O tombamento tem esse nome derivado da inclusão do “Livro do Tombo”, referência aos registros patrimoniais portugueses, que se localizavam no Arquivo Nacional na Torre do Tombo, e tem como base o conceito francês de “classificação” de monumentos históricos e artísticos, mencionados anteriormente. (VENTURA, 2009; IPHAN, 2014)

7 AÇÕES EDUCATIVAS DOS ÓRGÃOS DE PRESERVAÇÃO

Como mencionado anteriormente, os diferentes mecanismos de proteção do patrimônio cultural não funcionam isoladamente, estes precisam como complemento de um valor dado pela sociedade aos bens em questão.

Segundo Scifoni (2012) uma das formas de aproximação entre os órgãos de preservação e a sociedade é a educação patrimonial, esta tem um papel estratégico para processo de identificação do patrimônio, devendo ser integrada às pesquisas de tombamento e inventário. Scifoni vê como uma oportunidade de criar um patrimônio compartilhado, levando em consideração as relações que as populações constroem com os locais. Não se trata de reproduzir informações, nas palavras da autora “Trata-se, antes de tudo, de construir uma relação com as comunidades e os lugares, possibilitando a apropriação social de conhecimentos do qual o patrimônio é o suporte.” (SCIFONI, 2012, p.37)

Desde que foi criado o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) este enfatiza a importância de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio. O IPHAN busca uma postura educativa em todas as suas ações institucionais, explorando o diálogo entre o órgão e a sociedade, se amparando em conceitos, salientando que os bens culturais estão inseridos nos espaços cotidianos das pessoas, e a educação patrimonial

é uma mediação. São realizadas publicações de artigos e livros sobre o assunto, encontros nacionais para discussão do tema, oficinas, seminários, entre outras formas para atingir este objetivo. (IPHAN, 2014)

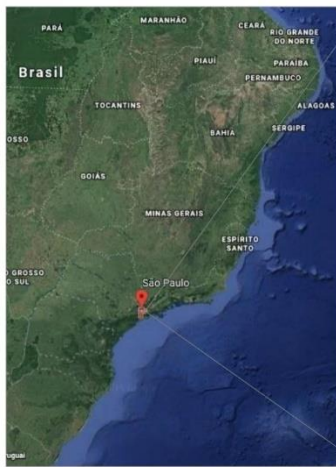
A Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), órgão técnico do Condephaat, realiza algumas palestras como ação educativa e em 2017 e 2018 produziu a Jornada do Patrimônio Paulista, estas foram baseadas no projeto francês de 1985, oferecendo oficinas, palestras e atrações artísticas sobre o patrimônio cultural material e imaterial. (ESTADO DA CULTURA, 2018)

O Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), órgão técnico do Conpresp, realiza como ação educativa: participações em eventos fazendo palestras sobre patrimônio cultural; programa encontros e debates sobre o assunto, como a semana de valorização do patrimônio; realiza o patrimônio em debate, que tem por essência fazer a comunicação entre o órgão de preservação e a sociedade, este em 2019 formou a base para quinta edição da Jornada do patrimônio, maior evento de educação patrimonial do DPH que teve mais de 1000 atividades oferecidas pela cidade, entre muitas destas sendo exposições, roteiros e oficinas.

8 RECORTE TERRITORIAL E TEMPORAL

Foi selecionado como recorte territorial a região central de São Paulo, mais precisamente a subprefeitura da Sé, local onde a cidade começou. Segundo Nestor Goulart Reis Filho (1994) em São Paulo as mudanças e o crescimento da cidade foram muito rápido. O autor classifica quatro fissionomias que marcaram São Paulo, a da velha cidade de taipa (até 1888); a da cidade européia (1889 – 1930); a da cidade modernista (1930 – 1960) e a metrópole centralizada e congestionada (1960 – 1990). Raquel Rolnik (2019) cita que no final dos anos 1960 criam-se novos polos de concentração, tendo a influência dos novos meios de transportes, como os metrô, transformando o centro em um ponto de passagem. Porém desde os anos 1990 o governo do Estado e a prefeitura de São Paulo, vem tentando revitalizar o centro. De acordo com Antonini (2017) a rapidez das transformações da morfologia na cidade tem como origem o meio de produção capitalista, este impulsiona grandes mudanças no ambiente construído, alterando o modo de constituição da memória coletiva e destruindo referenciais urbanos.

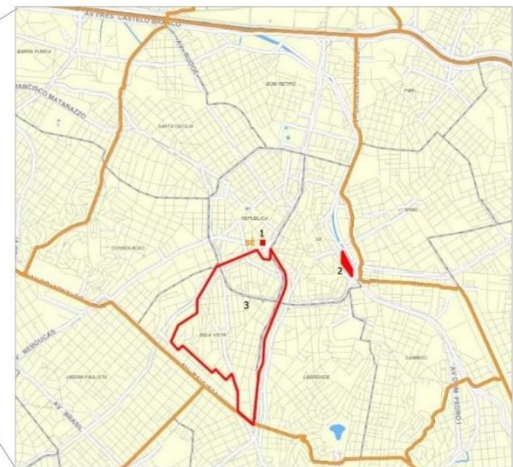
Sobre o recorte temporal, foi selecionado o ano de 1937 até 2019, tratando-se como marco referencial a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e a incorporação do instrumento de tombamento, seguindo até o atual momento em que esta pesquisa foi realizada.



Cidade de São Paulo no Brasil
Mapa Google Earth



Cidade de São Paulo
Mapa Geosampa



Subprefeitura Sé (Escala em vermelho)
Mapa Geosampa

9 ESTUDOS DE CASOS

Foram selecionados como estudos de casos 3 locais tombados que se encontram em processo de degradação. Estes foram classificados em escalas diferentes, sendo elas a escala de monumento (1), escala de edifício (2) e escala de bairro (3).

9.1 ESCALA 1: Largo da Memória e Obelisco do Piques

Em agosto de 1814 o engenheiro Daniel Pedro Müller é encarregado da construção da estrada do Piques, esta facilitaria a comunicação da cidade com o interior, como complemento desta Müller propõe a construção de um largo, assim surge o largo da memória. Neste foram feitos por Vicente Gomes Pereira, o mestre Vicentinho, um chafariz e o obelisco do Piques, ou pirâmide do Piques, este foi dedicado “A memória do zelo do bem público”, sendo o primeiro monumento da cidade. O local era considerado a porta de entrada para o município, pois ficava nos limites da cidade, o chafariz servia para os moradores do seu entorno e como ponto de parada para os viajantes, e seus animais.



Localização
Mapa Google Earth



Largo da Memória, 1862
Foto: Militão Augusto de Azevedo

Em 1872 o chafariz foi retirado do Largo, pois as tropas de viajantes diminuíram devido a chegada dos trens. Em 1919 decide-se reformar o local, para celebrar o Centenário da Independência do Brasil (1922), foram encarregados o arquiteto Victor Dubugras e o desenhista José Wasth Rodrigues, nesta reforma foram colocados um novo chafariz e um painel

de azulejos. (NASCIMENTO, 2014)

O local foi tombado como monumento artístico e histórico pelo Condephaat em 1975 (Res. SC S/N/1975), e pelo Conpresp em 1991 (Res. 05/1991). Este passou por diversos procedimentos de limpeza, reformas e projetos de restauração desde sua criação.

Em 1999 entre as sugestões referente ao projeto de restauro da Ladeira da Memória, ocorrem reuniões promovidas pelo Ministério Público para discutir as pichações no local, envolvendo membros do sub-comitê de conservação e restauro e o sub-comitê de educação. Propõe-se para integrar com o projeto, a limpeza diária do local e o uso da educação para evitar as pichações, o documento relata: “Participação da rede pública e privada para organização de cursos destinados a ensinar os alunos sobre a importância do patrimônio histórico na cidade. Esses cursos tem a intenção de evitar o surgimento de novos pichadores.” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1999).

Não foram encontradas informações relatando a efetivação da proposta, porém podemos perceber a recorrência de pichações no largo da memória de acordo com as fotos do local de 1995 e 2019.



Largo da Memória, 1995
Foto: Zorzete



Largo da Memória, 28/04/2019
Foto: Isabella Matulevicius

9.2 ESCALA 2: Quartel do Segundo Batalhão de Guardas

Segundo o relatório de bens protegidos (2012), do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), o quartel do segundo batalhão de guardas, ou quartel da tabatinguera, surgiu no século XVIII, quando fazia parte da Chácara do Fonseca, este já teve diversos usos, sendo eles o Convento das Irmãs Duarte (1852); Seminário de Educandos (1860); Seminário de Educandas (1861); e Hospício dos Alienados (1862 a 1905), onde morreu o poeta Paulo Eiró (1871). Em 1905 passa a abrigar o exército e o segundo batalhão de guardas, em 1992 foi transferido para a polícia militar de São Paulo.



Localização
Mapa Google Earth



Quartel do Segundo Batalhão de Guardas,
Sem data. Fonte: Condephaat

O edifício é de autoria desconhecida, como consequência dos seus diferentes usos, o conjunto teve somatórias de edificações e ampliações. O corpo da edificação principal é em taipa de pilão, tabique e pau-a-pique, suas adições foram feitas de alvenaria de tijolos de barro. É marcado pela uniformidade de esquadrias da fachada e sua arquitetura colonial.

O conjunto faz parte do plano de revitalização do Parque Dom Pedro II, sendo programado para receber obras de restauração e adaptação para o Museu Histórico da Polícia Militar e da Fábrica de Cultura do Glicério, o objetivo do projeto é criar um polo cultural no bairro, englobando outros locais culturais. Segundo Carolina Iskandarian, do site G1 (2010), o término da obra estava previsto para setembro de 2014, porém de acordo com a vistoria realizada em abril de 2019, o edifício continua desocupado e em estado de degradação.

O Quartel do segundo batalhão de guardas foi tombado, com classificação de preservação total, como bem cultural de interesse arquitetônico pelo Condephaat em 1981 (Res. SC 33/1981) e pelo Conpresp em 1991 (Res. 05/1991).

9.3 ESCALA 3: Bairro Bela Vista

Segundo Alambert e Fernandes (2006), a origem do bairro, sendo a área do Bexiga, surgiu de loteamentos da Chácara do Bexiga, esta foi a primeira região que surgiu a sudoeste do triângulo histórico, através da lei nº 1.242 de 1910 o antigo Bexiga se reúne com outras áreas, formando o bairro Bela Vista, nome dado referente a ampla paisagem que se tinha no local.

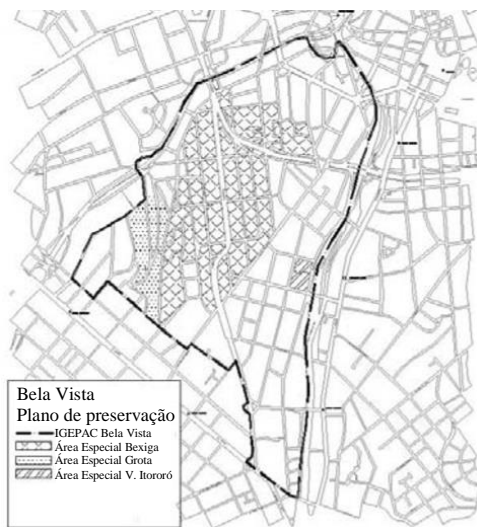
No final do século XIX chegam ao bairro os imigrantes italianos e os negros libertos, em 1950 estes mudam para o migrante do Norte e Nordeste do país, sendo composto até hoje por classes modestas. O bairro caracteriza-se por sua diversidade arquitetônica e predominância de casas térreas, a verticalização, que começa nos anos de 1940, localiza-se nas áreas mais



Adaptação para projeto de espaço cultural, 2010. Fonte: Globo G1



Quartel do Segundo Batalhão de Guardas, 28/04/2019. Foto: Isabella Matulevicius



Plano de preservação da Bela Vista
Fonte: Revista do Arquivo Municipal 204

exteriores do bairro, tendo seu aspecto preservado na área do Bexiga, como podemos notar na imagem em 3D. Interferências realizadas no bairro a partir de 1960 começaram a descaracterizá-lo, iniciando um processo de degradação, e segundo os autores o tombamento não foi o suficiente para reverter essa situação.



Plano de preservação da Bela Vista, em 3D
Mapa Google Earth, marcações pela autora

É importante saber que a abertura de tombamento pelo Conpresp do local, partiu da população no ano de 1989, o bairro então foi tombado pelo órgão em 10 de dezembro de 2002 (Res. 22/2002), por seu histórico cultural e valor paisagístico. O Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural (IGEPAC) da Bela Vista, feito pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), define um limite de área a ser estudado, e após isto definiu em sua resolução três locais nomeados de Áreas Especiais de Preservação, sendo a Área Especial do Bexiga, por seus testemunhos viários e arquitetônicos, como a Residência de 1889 na rua São Domingos; a Área Especial da Grota, por seu patrimônio ambiental, formado pelo antigo Vale do Saracura; e Área Especial da Vila Itororó, sendo destaque na paisagem devido sua implantação irregular e arquitetura personalizada, está destinada hoje a uso cultural e em restauro desde 2015.



Rua São Domingos, 237
Data: 28/04/2019



Rua Cardeal Leme
Data: 28/04/2019



Vila Itororó
Data: 18/08/2019
Fotos: Isabella Matulevicius

10 PESQUISA DE DADOS

Do dia 08 ao dia 11 de maio de 2019 foi realizada pela autora uma pesquisa online através do *Google Forms*. O objetivo foi fornecer dados para análise sobre a aplicação da educação patrimonial em São Paulo, e a participação popular na colaboração da preservação do patrimônio cultural, abordando os estudos de casos relatados anteriormente.

Nesta participaram 55 pessoas, onde 65,45% tinham de 20 a 30 anos, 78,2% se denominavam de cor branca e 65,5% eram mulheres. Referente a localização, 65,5% eram da cidade de São Paulo, 23,63% eram de cidades vizinhas, 7,27% não eram do estado de São Paulo

e 3,6% não informaram. Sobre os níveis de escolaridade 14,55% tinham ensino médio, 67,27% tinham ensino superior e 16,36% tinham pós-graduação. As profissões que participaram estão na figura 1.

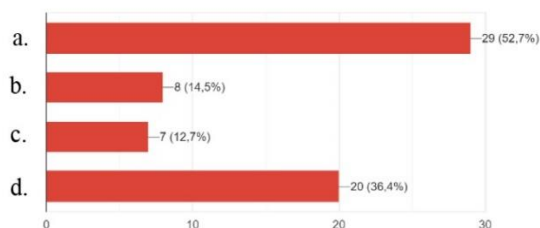
Foram elaboradas duas etapas, a primeira abordava o reconhecimento dos estudos de casos da pesquisa, sem seus nomes marcados, foram utilizadas as fotos da vistoria da autora feita no dia 28/04/2019. As respostas foram separadas em 4 opções, sendo elas: Conheço o local (a); Conheço sua história (b); Me sinto pertencente (c); e Nenhuma das alternativas (d).

Figura 1



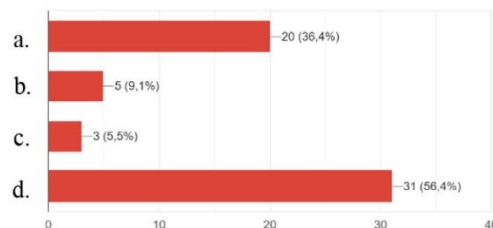
1. Largo da memória

Resultados:



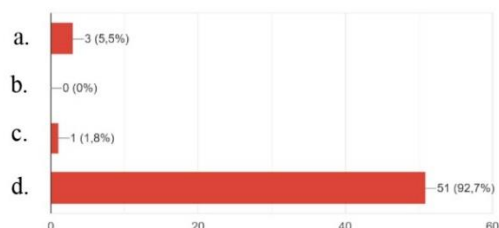
2. Quartel do Segundo Batalhão de Guardas

Resultados:



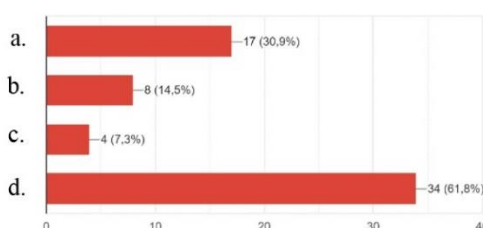
3. Casa mais antiga do Bexiga

Resultados:



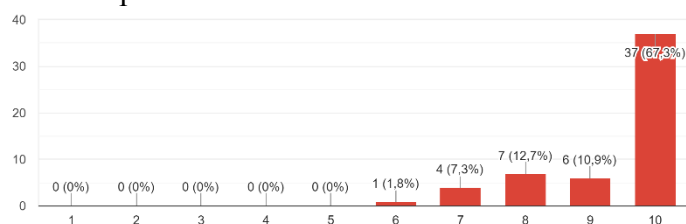
4. Vila Itooró

Resultados:



A segunda etapa tratava-se de perguntas sobre educação patrimonial e a participação social. Em relação a abordagem sobre educação patrimonial em algum momento da formação, foram obtidos os resultados da figura 2. Referente a participação social foram feitas perguntas marcando o grau de importância que as pessoas consideravam, sendo estas ao lado:

O grau de importância que o patrimônio histórico deve ter para a sociedade:



O grau de importância que o patrimônio histórico tem atualmente para a sociedade:

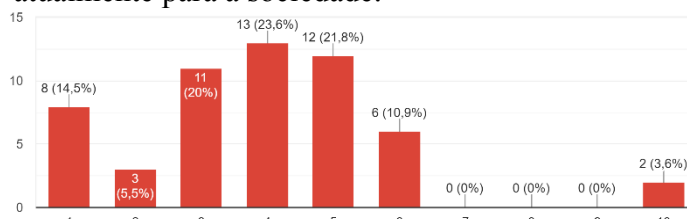
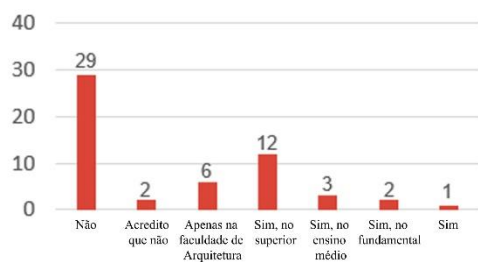
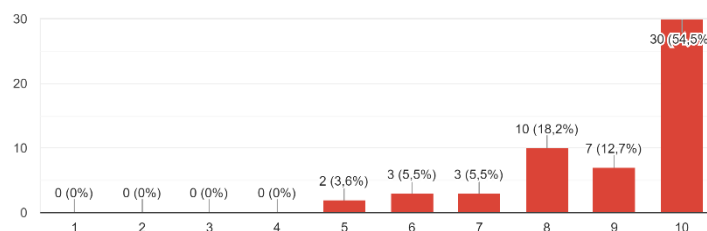


Figura 2



O grau que a participação popular deve ter para colaborar com a preservação do patrimônio histórico:



Sobre divulgações deste tema, entre outros resultados menores, 25,5% não encontraram, 30,9% encontraram no facebook e na Internet, e 27,3% encontraram na faculdade/ escola.

11 CONCLUSÃO

Através dos conceitos de educação patrimonial, memória e pertencimento podemos analisar como estes influenciam nos 3 locais escolhidos de estudos de casos, em escalas diferentes, os quais são tombados e tem em comum seu estado de degradação, considerando uma visão educacional como solução.

Se o patrimônio histórico e cultural são baseados em construções coletivas e compõe o meio em que o homem está inserido, torna-se fonte primária de conhecimento. (HORTA, GRUMBERG E MONTEIRO, 1999; CAMPOS, 2016) Considerando que o sucesso dos instrumentos de preservação depende do significado que a sociedade tem por estes, o tombamento por si só torna-se insuficiente, sendo o caminho para se obter um significado a perpetuação da memória, que se faz na educação patrimonial. Esta, por sua vez, aproxima as camadas populares da construção da identidade do local. (FREIRE, 2011; CHOAY, 2006)

Durante o evento da 14ª Semana de valorização do patrimônio, que ocorreu em São Paulo no dia 15 de agosto de 2019, Valdir Arruda, arquiteto do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH/ SMC), cita “O que conserva o patrimônio, seja público ou privado, é a sensação de pertencimento, o vínculo criado”. Com base neste conceito discutido em um evento recente, e nos que foram apresentados nesta pesquisa, podemos dizer que a população só preserva onde se tem um sentimento de pertencimento, este se adquire através da memória e educação patrimonial.

A pesquisa feita em maio de 2019, realizada pela autora, serve como uma pequena amostra de relação da educação patrimonial com o ambiente degradado, em especial com os estudos de casos que foram base desta. Como resultado temos que a maioria das pessoas que participaram tinham ensino superior, porém mesmo assim na parte de reconhecimento dos patrimônios culturais as opções de “Conheço sua história” e “Me sinto pertencente” foram

pouco escolhidas, tendo a máxima de escolhas de 14,5% para a primeira e 12,7% para a segunda. A maior parte das pessoas entrevistadas acreditam que o patrimônio histórico deve ter grande importância para a sociedade, e significativa participação popular para colaboração de sua preservação, mas simultaneamente acham que isto não está ocorrendo. 52,72% dos indivíduos não tiveram em nenhum momento de sua formação a abordagem sobre o tema de educação patrimonial, 10,90% tiveram devido cursar a faculdade de arquitetura e 21,81% tiveram no superior de forma geral; ¼ das pessoas entrevistadas não encontram informações deste assunto em nenhum local.

Com base nestes resultados, e nos conceitos abordados, podemos dizer que a educação patrimonial influencia diretamente na conservação do patrimônio cultural. As pessoas participantes desta pesquisa não se reconhecem nos estudos de casos apresentados, e grande parte não teve educação patrimonial para criar um laço afetivo com os patrimônios.

Então a educação patrimonial torna-se primordial para complementar as políticas preservacionistas da cidade. Os órgãos de preservação atuam na área acadêmica ou em ações pontuais, em relação a este tema, porém não existe ainda um sistema nacional, estadual ou municipal de educação patrimonial estabelecidos nas instituições de ensino, deixando grande parte desta responsabilidade para as instituições de museus, que se torna insuficiente. Se, segundo a Constituição Federal de 1988, no artigo 216, parágrafo 3, “A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais”, e visto que “a memória é uma necessidade básica do indivíduo e da coletividade”. (DANTAS, 2010, p. 51 apud DIMENSTEIN, 2017, p.12) a proposta poderia ser alcançada por meio da implementação de um programa de educação patrimonial para a população, fazendo com que a preservação do patrimônio fosse assim de forma efetivamente coletiva.

12 REFERÊNCIAS

- ALAMBERT, Clara Correia; FERNANDES, Paulo Cesar Gaioto. **Bela Vista: a preservação e o desafio da renovação de um bairro paulistano**. Revista do Arquivo Municipal 204, DPH. São Paulo, 2006, p. 151 - 158.
- ANTONINI, Ana Clara Volpi. **Lugares de memória da ditadura militar em São Paulo e as homenagens ao operário Santo Dias da Silva**. Programa de pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.
- CALDEIRA, Cleide Cristina. **Conservação Preventiva: Histórico**. Revistas USP, São Paulo, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15582/17156>>.
- Acesso em: 29/06/2018.

CAMPOS, Fernanda da Silva. **Educação Patrimonial: Estudo da memória ao pertencimento**. Artigo para o curso de pós-graduação em Literatura, Memória Cultural e Sociedade, Instituto Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2016.

CARDOSO, Diogo et al. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. Revista de Geografia e Ordenamento do Território. 2017.

CAVALCANTI, Marco Alexandre Nonato. **Patrimônio cultural e participação popular: A importância da educação patrimonial**. XXVIII Simpósio Nacional de História, Pontifícia Universidade Católica São Paulo. Florianópolis, 2015.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Editora UNESP. São Paulo, 2006.

CONDEPHAAT. **Resolução SC 33/81**. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - Condephaat. São Paulo, 1981.

CONDEPHAAT. **Resolução SC S/N/75**. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - Condephaat. São Paulo, 1975.

CONPRES. **Resolução nº. 05/91**. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo, 1991.

CONPRES. **Resolução nº. 22/2002**. Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo, 2002.

CONSTITUIÇÃO. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **Relatório de bens protegidos: Quartel do Segundo Batalhão de Guarda**. Prefeitura de São Paulo. São Paulo, 2012.

DIMENSTEIN, Dora. **Educação patrimonial, memória e cidadania: A experiência dos professores de história da rede municipal de Jaboatão dos Guararapes - PE**. Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão Cultural dos Estados do Nordeste, Universidade Federal da Bahia. Recife, 2017.

ESTADO DA CULTURA. **Jornada do Patrimônio Paulista 2018**. Estado da Cultura, set. 2018. Disponível em: < <http://estadodacultura.sp.gov.br/projeto/1628/>>. Acesso em: 15/08/2019.

FREIRE, Eliane de Castro Machado. **Patrimônio Cultural e Educação: breve redlexão**. Educação patrimonial: orientações ao professor, Iphan. Paraíba, 2011, p. 10 – 11.

FREITAS, César Gomes. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade Cruzeiro do Sul - Acre**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Campo Gande, 2008.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise. **Métodos de pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. Brasília, 1999.

IPHAN. **Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos**. Iphan, 2014.

IPHAN. **Patrimônio Cultural**. Iphan, 2014. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218/>>. Acesso em: 08/05/2019.

ISKANDARIAN, Carolina. **Após anos de abandono, quartel histórico em SP deve ser reformado**. G1, set. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/09/apos-anos-de-abandono-quartel-historico-em-sp-deve-ser-reformado.html>>. Acesso em: 15/08/2019.

LUIZ, Caio. **Raquel Rolnik: O Centro é o mais importante território de disputa em SP**. Destak, ago. 2019. Disponível em: <<https://www.destakjornal.com.br/figura/detalhe/o-centro-e-o-mais-importante-territorio-de-disputa-em-sp>>. Acesso em: 15/08/2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Propostas apresentadas ao sub-comitê de educação: Pichações**. Documentação da Prefeitura de São Paulo, DPH. São Paulo, 1999.

NASCIMENTO, Douglas. **Largo da Memória e Obelisco do Piques**. São Paulo antiga, São Paulo, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/largo-da-memoria/>>. Acesso em: 15/08/2019.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. Projeto História, PUC. São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. **Educação patrimonial no Iphan**. Monografia para o curso de Especialista em Gestão Pública, Escola Nacional de Administração Pública - Enap. Brasília, 2011.

REIS, Nestor Gougart. **São Paulo e outras cidades: Produção social e degradação dos espaços urbanos**. HUCITEC. São Paulo, 1994.

SCIFONI, Simone. **Educação e Patrimônio Cultural: Reflexões sobre o tema**. Educação patrimonial: reflexões e práticas/ Átila Bezerra Tolentino (Org.), Iphan. Paraíba, 2012, p. 30 – 37.

SOMEKH, Nadia. **Patrimônio cultural em São Paulo: resgate do contemporâneo?**. Vitruvius, São Paulo, out. 2015. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.185/5795>>. Acesso em: 08/05/2019.

VENTURA, David. **A preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental urbano em São Paulo e Buenos Aires, entre a cultura e o planejamento urbano**. Programa de pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.